

IAOD do Deputado Lei Chan U em 13.12.2023

Reforçar a fluidez do fluxo de pessoas nos postos fronteiriços e assegurar a ordem na passagem das fronteiras

O Posto Fronteiriço das Portas do Cerco foi a primeira obra pública de grande envergadura após o retorno à Pátria e entrou em funcionamento em Fevereiro de 2004, ou seja, há cerca de 20 anos. Este posto aumentou significativamente a capacidade da passagem fronteiriça das Portas do Cerco, pois, segundo os dados, é capaz de receber 300 mil pessoas por dia. Porém, com a implementação da política de visto individual e com o desenvolvimento contínuo de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, o número de visitantes tem aumentado anualmente, e o número de entradas e saídas nas Portas do Cerco bateu sucessivos recordes, tendo-se registado, no dia 28 de Dezembro de 2019, 484 mil entradas e saídas, o número mais elevado desde sempre, que até ultrapassou a capacidade projectada para as instalações em causa.

Para aliviar a pressão nas Portas do Cerco, Guangdong e Macau construíram, ao abrigo do “Acordo-quadro de Cooperação do Novo Acesso Fronteiriço Guangdong/Macau”, o Posto Fronteiriço Qingmao, projectado para receber 200 mil pessoas por dia e funcionar 24 horas por dia, com o modelo de “Inspecção Fronteiriça Integral”, para permitir a passagem em menos de 20 segundos. O Posto Fronteiriço Qingmao entrou em funcionamento no dia 8 de Setembro de 2021 e, segundo as previsões das autoridades, poderia desviar entre 100 mil a 150 mil pessoas das Portas do Cerco. Desde a entrada em funcionamento do Posto Fronteiriço Qingmao, há mais de dois anos, que se tem verificado, gradualmente, esse efeito de desvio. No dia 18 de Novembro deste ano, registaram-se mais de 118 mil entradas e saídas neste posto fronteiriço, estabelecendo-se um novo recorde diário. Porém, bastantes residentes, trabalhadores não residentes e turistas continuam a preferir as Portas do Cerco, o que resulta sempre num grande fluxo de pessoas nas horas de ponta, especialmente na hora de saída do trabalho, e há pessoas que, com a pressa, saltam as barreiras de protecção, o que torna a situação no local bastante confusa.

As fronteiras são janelas para a abertura das cidades ao exterior, são um cartão de visita e a imagem de qualquer cidade. Com vista a criar um ambiente seguro, conveniente e sem sobressaltos para a passagem das fronteiras e a salvaguardar a imagem da cidade de Macau, apresento as duas sugestões seguintes:

1. Tendo em conta as variações do fluxo de pessoas na fronteira das Portas do Cerco, sugiro ao Governo que avalie, de forma científica, as necessidades de forças policiais, para destacar mais agentes nas horas de pico, para reforçar a gestão, manter a ordem pública, e aplicar medidas de controlo de multidões, para o controlo atempado do fluxo de pessoas. O Governo deve ainda melhorar as indicações e os acessos prioritários, para facilitar a utilização por grávidas, idosos,

bebés, pessoas com deficiência, etc., garantindo a segurança do pessoal que atravessa as fronteiras.

2. O Posto Fronteiriço Qingmao já entrou em funcionamento há mais de dois anos, portanto, sugiro ao Governo que continue a avaliar a situação de utilização e os hábitos dos residentes, dos trabalhadores não residentes e dos turistas, que aperfeiçoe e melhore os transportes públicos e as instalações complementares nas proximidades, e que reforce a divulgação, incentivando o aumento da utilização do Posto Qingmao, para aliviar a pressão nas Portas do Cerco.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 13.12.2023

Aperfeiçoar o regime de fiscalização da venda de fracções autónomas novas, para salvaguardar os direitos e interesses dos pequenos proprietários

A compra de imóveis é um assunto importante na vida dos residentes, pois muitas famílias gastam todas as suas poupanças para suportar os seus elevados preços e, quando surgem problemas, os pequenos proprietários ficam numa posição passiva ou têm de reivindicar indemnizações no tribunal, processo que se arrasta muito tempo, temendo, dia e noite, que o seu direito patrimonial não seja garantido.

Em Macau, surgiram alguns problemas relacionados com a compra de fracções autónomas em construção ou novas. Ora, num caso ocorrido há mais de dez anos, o promotor de um edifício habitacional foi alvo de uma acção de falência devido às dívidas contraídas, o que resultou na apreensão das fracções autónomas de dezenas de pequenos proprietários adquiridas junto do mesmo e, consequentemente, na impossibilidade da sua transacção ao longo dos anos. Durante esse período, os pequenos proprietários procuraram ajuda em todo o lado, mas, como era um processo judicial, viram-se obrigados a aguardar pela decisão do tribunal; e, hoje, passados mais de dez anos, com o acompanhamento do tribunal, dos advogados e do pessoal dos serviços competentes, os pequenos proprietários finalmente receberam o documento de levantamento da apreensão, pensando que o problema estava resolvido. Entretanto, como a lei não estipula claramente que as pessoas que se encontram em situação de falência têm de assumir as despesas de registo do levantamento da apreensão e o grande proprietário se recusou a pagá-las, o caso continua por resolver. Então, afinal, quais são as responsabilidades das pessoas alvo de casos de falência? Quando é que os referidos pequenos proprietários, inocentes envolvidos no processo, vão conseguir ter as suas propriedades de volta? A lei ou os procedimentos em causa não merecem ser revistos?!

Decorridos quase oito anos desde o caso *Pearl Horizon*, apesar de os pequenos proprietários terem efectuado o pagamento, o promotor não lhes conseguiu entregar as fracções, portanto, a devolução do dinheiro pago e a indemnização são indispensáveis. Sofrendo grandes pressões económicas e psicológicas, os pequenos proprietários interpuseram, há anos, acções judiciais para reclamar os prejuízos junto do promotor, mas, que se saiba, este pediu ao tribunal, várias vezes e pelos mais diversos motivos, como a pandemia, o adiamento do julgamento. A pandemia já terminou há um ano, mas, até agora, muitos casos ou ainda estão sem ser agendados ou viram o julgamento marcado adiado repentinamente, assim, após anos de espera, os pequenos proprietários continuam a não saber quando é que o julgamento terá lugar. Muitos são apenas trabalhadores e só conseguiram adquirir um lar com as suas poupanças ou empréstimos, portanto, perante as dificuldades enfrentadas na reclamação do

dinheiro pago, não têm capacidade nem tempo para negociar com o promotor. Estes dois casos, apesar de os seus motivos e circunstâncias serem diferentes, levam-nos a reflectir sobre o seguinte: será que a lei é suficiente para proteger os pequenos proprietários que estão numa situação vulnerável?

Em 2013, foi publicada a lei de transmissão dos edifícios em construção, mas é de salientar que as habitações em primeira mão abrangem não só aquelas em construção mas também as já construídas, e existem lacunas no actual regime de regulamentação, por isso, ao longo dos anos, a sociedade tem solicitado ao Governo que aperfeiçoe as respectivas normas e mecanismos, para reforçar a regulamentação da venda de habitações em primeira mão ou em construção, e a protecção dos pequenos proprietários. Apesar da resposta do Governo, este ainda não deu início aos trabalhos de revisão da lei. Em Maio de 2019, na resposta a uma interpelação escrita minha, a DSAJ reconheceu que ainda havia espaço para melhorias na fiscalização dos montantes destinados às habitações em construção, nomeadamente, no que respeita ao “uso das dotações afectas”, mas, decorridos vários anos, o Governo não deu início aos trabalhos de revisão, nem tem uma orientação concreta e uma calendarização para a revisão da lei. Recentemente, o Secretário para a Administração e Justiça, André Cheong, voltou a afirmar que era necessário recorrer ao aperfeiçoamento da lei para regulamentar ainda mais os métodos de venda e os montantes destinados às habitações em construção, mas limitou-se a afirmar que necessitava de tempo para proceder a estudos, por isso, também não explicou que trabalhos está o Governo a desenvolver.

Em muitas regiões, já foram criados regimes para regulamentar a venda de fracções em primeira mão ou em construção, por exemplo, em Hong Kong, há um regulamento sobre a venda de fracções habitacionais em primeira mão, um serviço especializado e uma base central de dados electrónicos, etc., para reforçar a fiscalização e a transparência das informações.

Exorto mais uma vez o Governo a dar atenção aos referidos problemas e a aperfeiçoar o regime de fiscalização da venda de fracções em primeira mão ou em construção, incluindo a melhoria das condições para a autorização da venda antecipada de fracções, a definição expressa sobre o uso exclusivo das verbas provenientes da venda das fracções em construção para despesas com a construção do edifício, para evitar que as obras fiquem abandonadas por falta de capital por parte dos promotores. Deve-se ainda definir claramente disposições sobre a venda das propriedades, a publicidade e as memórias descritivas das fracções, o cálculo dos preços, as fracções modelo e os contratos de compra e venda, para reforçar a protecção do direito à informações dos pequenos proprietários, e definir instruções e sanções, para prevenir as armadilhas nas vendas, o atraso na entrega das fracções e a má qualidade das mesmas, etc., para salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos pequenos proprietários.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 13.12.2023

Garantia e desenvolvimento da educação

Segundo os resultados da avaliação dos alunos de Macau do “Programa Internacional de Avaliação de Alunos 2022” (PISA 2022), divulgados recentemente pelo Governo, entre mais de 80 países participantes, Macau ocupou, pela primeira vez, o segundo lugar a nível mundial na matemática, a principal área de testes, o terceiro lugar na literacia científica e o sétimo lugar na leitura, ocupando o segundo lugar no desempenho geral. Ainda segundo o mesmo estudo, o sistema educativo básico de Macau continua a ser de alta qualidade e justo, ocupando o primeiro lugar e uma posição de liderança a nível mundial. Nos últimos 20 anos, o desempenho de Macau tem sido progressivamente melhor nas referidas três áreas, sendo um exemplo de excelência e de justiça e um dos poucos sistemas educativos do mundo ligeiramente afectados pela epidemia. Os bons resultados obtidos pelos alunos de Macau no PISA 2022 devem-se ao investimento e apoio que o Governo presta à educação.

A educação é a base para assegurar a competitividade a longo prazo de Macau. Os docentes são uma equipa importante para a formação de pessoas, e a sua qualidade pedagógica influencia directamente a aprendizagem dos alunos. Um bom ensino pode aumentar a motivação e os efeitos da aprendizagem. Nos últimos anos, para se adaptar às necessidades do desenvolvimento social da nova era, o Governo acelerou activamente a promoção das diversas reformas curriculares. Nas LAG para o próximo ano, refere-se que se vai “implementar a revisão do «Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local», aprofundar a literacia científica dos alunos, nomeadamente em inteligência artificial, e construir gradualmente um sistema de ensino da língua portuguesa.” Isto, sem dúvida, representa exigências mais elevadas em relação à capacidade e nível de trabalho da equipa docente, por isso, as diversas garantias para os docentes devem ser melhoradas em simultâneo, para os mesmos poderem adaptar-se às mudanças decorrentes da recuperação económica e às exigências dos tempos modernos, e para assegurar a estabilidade da equipa docente e atrair quadros qualificados para o desenvolvimento do ensino não superior.

Sugiro, então, o seguinte:

1. O “Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior” foi promulgado há 11 anos, portanto, é necessário recolher, quanto antes, as opiniões das partes interessadas sobre a sua revisão, e iniciar, em tempo oportuno, os respectivos trabalhos de alteração, para reforçar a garantia dos docentes das escolas particulares em termos de remuneração, regalias e aposentação, mostrando-se assim a importância e o apoio atribuídos aos docentes.

2. O subsídio por turma não é actualizado há vários anos. Proponho ao Governo que reveja e aumente o montante deste subsídio e que crie um mecanismo de revisão e optimização das remunerações e regalias dos docentes.

3. Sugiro que se reduza, de forma contínua, o tempo de trabalho não lectivo dos docentes, aliviando os seus encargos, para poderem dedicar-se mais aos trabalhos pedagógicos e terem tempo suficiente para proporcionar aos alunos aconselhamento pedagógico de qualidade e individualizado.

4. Para satisfazer as crescentes necessidades de desenvolvimento profissional do pessoal docente, espero que o Governo continue a aperfeiçoar a legislação, regulamentando que os docentes das diferentes fases da carreira profissional devem receber formação profissional adequada, que reforce a formação de todos os docentes no âmbito do patriotismo, da aplicação da tecnologia e da inteligência artificial, e que aperfeiçoe as actividades de desenvolvimento profissional de alguns docentes, para responder às necessidades pedagógicas do futuro desenvolvimento social.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 13.12.2023

Recrutamento de profissionais de saúde para o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas

O Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas – Centro Médico de Macau do *Peking Union Medical College Hospital* entra em funcionamento no final do ano. No mês passado, ocorreu a primeira fase de recrutamento para cerca de 90 profissionais: 5 médicos gerais, 50 enfermeiros, 3 farmacêuticos, 6 técnicos de radiologia, 6 ajudantes técnicos de farmácia, 10 auxiliares de enfermagem e 10 recepcionistas, portanto, 7 tipos de funções.

Há quem diga que as profissões de médico, terapeuta e farmacêutico têm sido bastante populares nos últimos anos, com cerca de 500 licenciados por ano, e uma média de cerca de 100 licenciados em medicina geral ocidental que regressam a Macau todos os anos, portanto, não falta sangue novo no sector. Porém, devido ao desenvolvimento social desequilibrado de Macau, muitos licenciados em medicina não conseguem encontrar emprego correspondente à sua especialidade, alguns conseguiram, graças aos seus recursos familiares, criar as suas próprias clínicas, depois de obtida a respectiva licença, e outros optaram por deixar Macau e estabelecer-se noutros locais. Entretanto, tal como já referiu um colega, para assegurarem a sua subsistência, muitos licenciados em medicina só podem mudar de profissão ou trabalhar como empregados de *take-away*, sendo, de facto, lamentável desperdiçar estes talentos formados após anos de estudo e trabalho árduo.

Desta vez, o Hospital das Ilhas vai recrutar apenas 5 médicos gerais e 50 enfermeiros, o que, segundo alguns finalistas da área da saúde, é muito pouco, portanto, esperam que na próxima fase de recrutamento haja mais vagas, para os residentes qualificados terem oportunidades para se desenvolverem e contribuírem para a comunidade.

Compreendemos que se construiu o Hospital das Ilhas para se prestarem serviços médicos de alta qualidade ao nível inter-regional e para, ao mesmo tempo, se desenvolver a educação e a investigação, daí a necessidade da vinda de uma equipa médica excelente do *Peking Union Medical College Hospital*, para assumir as principais funções clínicas, injectando-se assim uma forte força motriz no desenvolvimento da macro saúde em Macau. Há que prestar mais atenção à possibilidade de os residentes qualificados, os que estão em Macau e os que estão no exterior e regressam a Macau, aproveitarem a oportunidade da entrada em funcionamento do novo hospital para aplicarem o que aprenderam, desenvolverem as suas potencialidades e contribuírem para a RAEM. Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Iniciar, quanto antes, a próxima fase de recrutamento para o Hospital das Ilhas, disponibilizando-se mais vagas para os profissionais de saúde,

especialmente para médicos, para captar os residentes qualificados e garantir a prioridade de acesso ao emprego dos residentes;

2. Exortar o Hospital a melhorar a formação de quadros qualificados e a desempenhar, activamente, o seu papel orientador, para se passarem para Macau as técnicas médicas avançadas do Interior da China e, assim, formar mais profissionais de saúde, beneficiar mais pacientes e contribuir para o desenvolvimento da indústria da macro saúde;

3. O Governo deve aproveitar esta oportunidade para melhorar os mecanismos de formação contínua e de emprego entre o referido hospital e as instituições de ensino superior locais, para formar, em conjunto, os melhores profissionais de saúde, incentivá-los a adquirirem novas técnicas e a manterem a competitividade, a fim de se promover o desenvolvimento da indústria da saúde e de se dar espaço de crescimento para a indústria da macro saúde.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 13.12.2023

Proteger os trabalhadores contra as “listas negras de emprego”

Ao longo dos anos, muitos residentes têm-se queixado da existência de uma “lista negra de emprego” em algumas empresas, o que faz com que alguns não consigam regressar ao mesmo sector, pois não conseguem passar na verificação do *background*. O Governo já afirmou que, quando o candidato assina uma procuração que permite à entidade empregadora conhecer a situação de trabalho junto do seu ex-empregador, não se está a violar a Lei da protecção de dados pessoais, mas, na minha opinião, existem problemas, por exemplo, podem existir várias razões para o despedimento e depois é difícil confirmar a veracidade das informações fornecidas pelo ex-empregador. A limitação do direito ao emprego sem se ponderar as respectivas causas prejudica os direitos e interesses laborais dos trabalhadores. Assim, solicito ao Governo que pondere a criação de um regime jurídico para proteger os trabalhadores contra a existência das “listas negras de emprego”.

Antes disso, segundo o Secretário para a Economia e Finanças, dar apoio e acompanhamento depende das circunstâncias de cada caso, e o emprego de cada indivíduo não deve ser discriminado. Quanto à aplicação da “Lei da Protecção de Dados Pessoais” na área laboral, na resposta da DSAJ, menciona-se apenas que o tratamento de dados pessoais necessita do consentimento do titular dos dados. No entanto, se após a verificação do *background* da pessoa a empresa não der luz verde e recusar contratá-la, essa pessoa dificilmente pode recorrer ou pedir ajuda, pois nem sabe por que motivo foi recusado. Mesmo que recorra à DSAL para pedir ajuda, é certo que o tratamento do caso demora muito tempo e acaba por não ser tratado adequadamente. Mais, se a pessoa não assinar a referida procuração, a concessionária nem lhe dá oportunidade de passar à entrevista.

Na Lei laboral vigente exige-se o princípio da boa fé no tratamento das relações de trabalho, sugere-se que, quando a Lei da protecção de dados pessoais enfrenta este tipo de verificação de antecedentes irrazoável, deve impor certas restrições e criar um mecanismo eficiente de longo prazo, a fim de assegurar que o mecanismo de verificação de antecedentes seja justo, transparente, razoável e respeite e concretize o princípio da boa fé consagrado na Lei laboral, e deve ainda garantir os direitos e interesses dos trabalhadores.

É de salientar que os erros cometidos pelos trabalhadores e os despedimentos podem ter muitas causas, às vezes não necessariamente com negligência pessoal, mas também com a gestão da empresa, etc. Se não houver uma decisão justa por parte de uma parte terceira, se não se criar um mecanismo de recurso, e se o feedback do antigo empregador se basear em sentimentos subjectivos, acontecimentos independentes ou mesmo no exagero dos erros cometidos pelo

trabalhador, é inevitável que os direitos e interesses dos trabalhadores sejam afectados. Neste momento, cabe à DSAL proteger os direitos e interesses das partes laboral e patronal, e quanto às “listas negras de emprego”, o Governo deve investigar e intervir activamente, e pensar como é que, através da legislação, se pode evitar essas listas.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 13.12.2023

Construir uma sociedade “contra a burla em conjunto”

Com a recuperação económica e o aumento do número de turistas, aumentou a criminalidade em geral. Segundo os dados divulgados pelo Secretário para a Segurança, entre Janeiro e Setembro deste ano, registaram-se 9635 crimes, 1643 dos quais foram crimes de burla e cibernéticos, aumentando 672 e 584 casos em comparação com os períodos homólogos do ano passado e de 2019, respectivamente. Entre estes destacam-se as burlas telefónicas, 170 casos em que os burlões fingem ser funcionários dos serviços públicos, 135 casos de burlas informáticas ou através da internet envolvendo a venda de bilhetes, e as burlas relacionadas com investimentos e compras *online* também aumentaram, por isso, podemos ver que os crimes de burla cibernética estão a acompanhar a evolução dos tempos e as formas da prática são cada vez mais diversificadas, dificultando a prevenção.

Nos últimos anos, o Governo desenvolveu muitos trabalhos de combate à burla, e implementou, em conjunto com as instituições financeiras e o sector das telecomunicações, medidas eficazes, tais como a suspensão urgente de pagamentos, a advertência de transferências suspeitas, o mecanismo de bloqueio rápido de *websites* de *phishing*, etc. e recentemente, também referiu que ia criar uma plataforma para a prevenção de burlas, no entanto, para a construção de uma sociedade “contra a burla em conjunto”, é necessária a colaboração activa da população, para a elevação contínua da sua consciência para a prevenção de burlas. Sugiro então o seguinte:

1. O Governo deve continuar a empenhar-se nos trabalhos de prevenção e combate à criminalidade e acompanhá-los em tempo real, estudar as práticas de burla mais recentes e tomar como referência as experiências de outras regiões, para acelerar, no contexto da protecção da privacidade dos residentes, a construção da plataforma de prevenção da burla, e otimizar a aplicação de *Wechat* “Macau pacífico e seguro”, para fornecer informações mais actualizadas e técnicas sobre a prevenção da burla. Para além das linhas abertas existentes, propõe-se a criação de um mecanismo “*one-stop*”, para pesquisa das armadilhas de burla, e de um mecanismo de conjugação entre casos suspeitos de burla, com vista a responder, de imediato, às dúvidas dos residentes que se deparam com casos suspeitos, mas não têm condições para a respectiva participação à polícia.

2. Há que continuar com as actividades de divulgação sobre a prevenção da burla, sob as mais diversas formas, tais como vídeos, fotografias interessantes, etc., a fim de elevar a consciência dos cidadãos. Há também que reforçar a colaboração com as associações, intensificar a divulgação e apelar à população para prestar atenção à plataforma oficial da polícia, com vista à retransmissão, entre os amigos e familiares, de informações sobre as práticas de burla mais recentes.

3. Com o rápido desenvolvimento da inteligência artificial, muitos criminosos aproveitam-na para mudar caras e vozes, e produzir fotografias e vídeos falsos, passando-se por conhecidos para enganar os residentes e estes dificilmente conseguem identificar que se trata de burla. Sugiro ao Governo que alargue a divulgação sobre este tipo de crimes, para os residentes reforçarem o contacto com familiares e amigos, e confirmarem, com cautela, as transacções envolvendo elevados montantes de dinheiro.

4. Na sequência do aumento significativo do número de concertos realizados em Macau neste ano, registaram-se mais casos de burla com a venda de bilhetes, o que afectou a imagem de Macau como cidade turística de qualidade. Espero que o Governo continue a combater a especulação na venda de bilhetes e a apelar aos residentes para escolherem plataformas seguras para a compra de bilhetes, evitando a compra e venda de bilhetes em segunda mão e, consequentemente, serem enganados.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 13.12.2023

Reforçar a formação de jovens talentos na área da inovação científica e tecnológica

O reforço da formação de jovens talentos na área da inovação tecnológica tem grande significado para a promoção do desenvolvimento económico de Macau e o reforço da capacidade inovadora e da competitividade internacional da população, por isso, o Governo deve adoptar medidas para enriquecer os cursos de generalização científica e tecnológica, dentro e fora das aulas, para reforçar a formação de talentos nesta área, enfrentando os futuros desafios e promovendo a diversificação económica de Macau.

Nos últimos anos, Macau lançou várias medidas para a formação de jovens talentos na área de ciência e tecnologia, e foram alcançados alguns resultados, especialmente o Programa de Formação de Quadros Qualificados para a “Ciência e Tecnologia da Vila da Juventude”, lançado este ano, que visa proporcionar formação específica aos alunos com especialidades na área de ciência e tecnologia, para identificar e formar, o mais cedo possível, talentos nesta área, apoiando-os no planeamento da carreira profissional o mais cedo possível, programa que mereceu o reconhecimento unânime da sociedade. Mas, quanto ao ensino da ciência e tecnologia inovadora, em Macau ainda há problemas, como poucas opções de cursos básicos no ensino não superior, falta de espaços e de professores profissionais, pequena dimensão das instituições de ensino superior e de investigação científica e tecnológica, e, ao mesmo tempo, há poucas empresas de ciência e tecnologia inovadora, por isso, a ligação entre as instituições de ensino e de investigação e as empresas é limitada, e os estudantes dificilmente conseguem ter contacto com as empresas e aplicar o que aprenderam na prática durante o estágio, nem têm oportunidades para se articularem com as indústrias. Embora a “Ciência e Tecnologia da Vila da Juventude” possa, em certa medida, formar alunos excelentes na área de ciência e tecnologia, os seus destinatários são apenas os alunos que passam do 9.º para o 10.º ano, e as 100 vagas por ano são manifestamente insuficientes para satisfazer as necessidades crescentes.

Por isso, a meu ver, o Governo pode começar por trabalhar nos seguintes aspectos, para aperfeiçoar o sistema de formação de talentos na área de ciência e tecnologia:

Primeiro, segundo o Governo, nos últimos anos, o Centro de Ciência de Macau tem-se transformado numa sala de aulas extracurricular importante para os alunos do ensino primário e secundário, para a aprendizagem científica e tecnológica, mas o seu espaço é limitado, por isso, espera-se que o Governo melhore as instalações de *software* e *hardware* das actividades respectivas, disponibilizando mais espaços e equipamentos pedagógicos para apoiar as actividades de generalização científica fora das escolas. Deve ainda investir mais recursos na formação de docentes e no alargamento do corpo docente, criando uma equipa que acompanhe

de perto o desenvolvimento das ciências e da tecnologia inovadoras, para que os referidos alunos possam participar mais frequentemente nas actividades de educação científica, daí a maximização do potencial dos jovens na área de ciência e tecnologia.

Segundo, quanto às instituições de ensino superior, deve-se investir mais recursos nas suas faculdades de ciência e tecnologia e nas instituições de investigação, e estabelecer relações de cooperação com as universidades e instituições de investigação de renome internacional, com a promoção de intercâmbios entre professores e alunos, e entre alunos de diferentes instituições, o desenvolvimento de projectos de investigação conjunta e a criação de uma plataforma de comunicação académica, para atrair mais investigadores de alto nível para se integrarem nas instituições do ensino superior de Macau, aumentar o profissionalismo e a reputação das disciplinas, e proporcionar mais vagas para os estudantes participarem nos concursos internacionais de inovação científica.

Terceiro, o desenvolvimento do sector da ciência e tecnologia está numa fase inicial, mas, como são poucas as empresas de inovação científica e tecnológica estabelecidas em Macau, a ligação entre as instituições de ensino de ciência e tecnologia e as instituições de investigação com as empresas e o sector é limitada. Assim, as instituições de ensino superior devem pensar em criar relações de cooperação com mais empresas de inovação científica e tecnológica de renome, para estas oferecerem oportunidades de estágio, e desenvolver a cooperação científica com as empresas, com vista à participação dos estudantes e à promoção da transformação dos resultados académicos.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 13.12.2023

Aproveitar o desenvolvimento da indústria aeroespacial chinesa para contar novamente a história viva de “um País, dois sistemas”.

O sonho aeroespacial é uma componente importante do sonho de tornar o nosso País numa nação forte. No processo de realização deste sonho aeroespacial, o nosso País sempre se preocupou com os residentes de Macau. No final do mês passado, o “*Macau Science Satellite-1*”, desenvolvido conjuntamente pelo Interior da China e por Macau, entrou oficialmente em funcionamento. Aproveitando esta oportunidade, o Governo da RAEM e a Administração Espacial Nacional da China organizaram, em conjunto, “Brilho das Estrelas e da Lua, Vista Maravilhosa do Mar e do Céu - Actividades da Série de Ciência e Tecnologia em Macau”, que não se limitaram a expor, pela primeira vez, amostras recolhidas na Lua pela sonda Chang’e 5, havendo também a visita a Macau, pela quinta vez desde 2012, de uma delegação de Engenharia Aeroespacial Tripulada da China para interagir com o sector científico e tecnológico de Macau, e com professores e alunos locais! Isto faz-me lembrar a emoção que senti e o valor, quando tive a honra de ser o moderador da sessão de apresentação do relatório da missão espacial de 14 de Agosto de 2012, quando a Delegação da “missão de acoplagem da cápsula tripulada – Shenzhou 9 ao módulo Tiangong 1” apresentou a experiência espacial ao público local na Torre de Macau, e consegui um intercâmbio com alguns heróis espaciais numa proximidade muito grande.

Para além da cerimónia de entrada em funcionamento do satélite, do Fórum para o Desenvolvimento Aeroespacial de Macau e da popularização das ciências aeroespaciais nas escolas de Macau, a série de actividades incluiu ainda uma exposição científica durante duas semanas no Museu da Ciência, com peças como o solo lunar, a água do mar da Fossa das Marianas e a cápsula de retorno da Chang’e 5, permitindo ao público partilhar as notáveis realizações do País na ciência e tecnologia aeroespacial e marítima. Creio que, desta forma, os residentes de Macau, especialmente os jovens, puderam ter uma compreensão mais tridimensional e profunda das realizações do nosso País nos dois grandes domínios da investigação científica, nomeadamente, “subir ao céu e descer ao mar”, e houve uma melhoria do nível e da força dos trabalhadores científicos e tecnológicos de Macau. Esta oportunidade não só reforçou o sentido de reconhecimento, missão e sucesso dos residentes de Macau enquanto membros da nação chinesa, como também aumentou a compreensão da contribuição de Macau para a mesma e a confiança dos jovens de Macau para se dedicarem à vertente das ciências e da tecnologia.

Sugiro que o Governo aproveite, de forma inovadora, a oportunidade para compilar um livro temático sobre a “História de Macau no Desenvolvimento Espacial da China”. Desde o primeiro teste do voo da Shenzhou-1, a bandeira da RAEM viajou no espaço na nave espacial; e a inauguração oficial do Laboratório de Referência do Estado para a Ciência Lunar e Planetária foi em 2018. A narração

sistemática da história aeroespacial entre Macau e a China contribui para manter o entusiasmo do público pela exploração dos mistérios do universo com a chegada ao espaço do “*Macau Science Satellite-1*”, e criar mais uma imagem viva e clara do princípio “um País, dois sistemas” com características próprias de Macau.

Por fim, como membro do sector da ciência e tecnologia de Macau, espero que a vinda desta delegação tenha incentivado ainda mais os profissionais dos sectores de Macau e os colegas de ciência e tecnologia a unirem-se e a contribuir activamente para a diversificação adequada da economia, o desenvolvimento integrado da Grande Baía e a construção de um País poderoso em ciência e tecnologia! Espero ainda que os jovens locais se empenhem na aprendizagem de conhecimentos e no treino físico, para que possam contribuir, a qualquer momento, para o País e Macau. Estou convencido de que, quanto mais alto a nave espacial voar, mais alto o povo da Pátria levanta a cabeça! Quanto mais taikonautas vierem a Macau, mais próximos ficarão o sector tecnológico da Pátria e Macau! Desejo que o nosso País continue a alcançar novos patamares na indústria aeroespacial e que os jovens de Macau possam aproveitar o vento do desenvolvimento científico e tecnológico da Pátria para voar mais alto! Espero ainda que Macau faça parte da quarta selecção nacional de taikonautas!

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 13.12.2023

Promover a indústria dos recursos renováveis para criar em conjunto uma dinâmica económica diversificada

Com a aceleração da urbanização e o constante aumento da população, o tratamento dos resíduos passou a ser um grave problema ambiental e social. Os numerosos resíduos e o seu tratamento irracional levaram à poluição ambiental, desperdício dos recursos e dano ecológico. Mais, como Macau tem uma área pequena, é elevada a dificuldade de encarregar outros de tratar dos resíduos. Neste momento, a solução interna limita-se à incineração e ao aterro. Macau é membro da Organização Mundial do Comércio e tem a responsabilidade social de aperfeiçoar a protecção ambiental e a redução dos resíduos. Nos últimos anos, em todo o mundo, diversos governos investiram na promoção do reaproveitamento dos recursos renováveis. Apesar da sua pequena área, Macau tem também a sua responsabilidade irrecusável.

Segundo as LAG para 2024, vai ser promovida a construção do Centro de Reciclagem de Recursos Orgânicos, e será otimizada a rede de reciclagem de recursos comunitários, mas há uma série de desafios. Macau não possui políticas para a reciclagem nem uma base para a respectiva indústria. Espera-se que o Governo aumente os apoios ao nível das políticas complementares, promovendo a criação duma indústria para recursos renováveis em Macau, um trabalho que permita, por um lado, a reciclagem e a redução de resíduos e, por outro, a formação de uma indústria emergente. Assim, será cada vez mais elevada a consciência do público em geral sobre a reciclagem e a protecção ambiental, o que também espelha a qualidade cívica, servindo, a longo prazo, de elemento complementar para a política da criação de um “centro mundial de turismo e lazer”.

Assim sendo, sugiro o seguinte:

1. O Governo deve orientar os residentes a conhecerem a forma correcta de separação dos resíduos domésticos, por exemplo, tomando-se como referência as práticas de outros países, separar, previamente em casa, os resíduos inflamáveis, não inflamáveis e recicláveis, e colaborar com a companhia de tratamento de resíduos na recolha de resíduos recicláveis num determinado dia de cada semana. O Governo pode ponderar sobre a implementação de um regime semelhante em Macau.

2. Podem ser realizadas mais actividades de reciclagem, para orientar os residentes, sobretudo, os alunos e os jovens, a desempenharem na família um papel de liderança na separação de resíduos na vida quotidiana e no seu descarte aos fins-de-semana. Pode ainda avançar-se com a reciclagem classificada simples de, por exemplo, medicamentos expirados, pilhas e baterias gastas, roupas usadas e garrafas de vidro ou de plástico limpas, para incentivar a população a cultivar o hábito de separação de resíduos. Tudo isto constitui uma boa oportunidade para

realizar actividades entre pais e filhos e promover a cooperação familiar. Se se conseguir estabelecer um sistema de recolha de determinados tipos de objectos, pode ser promovido o desenvolvimento da indústria de recolha e reciclagem, injectando-se uma nova vitalidade na economia local.

3. Sugere-se que o Governo, em colaboração com as instituições do ensino superior, crie cursos na área da protecção ambiental e reciclagem de recursos, e promova a cooperação entre as pequenas empresas de recolha e aquelas instituições no desenvolvimento de tecnologias de recolha e reciclagem, o que permitirá a partilha dos resultados da investigação científica e, ainda, a transformação de Macau num “campo de ensaio e prática para a reciclagem de recursos”. A criação de novas instalações complementares para a indústria é um investimento de longo prazo do Governo e, sob a premissa da sua articulação com o posicionamento de Macau, este investimento gerará, certamente, retornos significativos.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 13.12.2023

Reforçar a prevenção das doenças respiratórias transmissíveis no Inverno

Com a chegada do Inverno, houve um surto de doenças respiratórias em grande escala no Interior da China, o número de crianças doentes mantém-se elevado, e as aulas estão suspensas nalgumas províncias e cidades. Os hospitais pediátricos estão superlotados, e os profissionais de saúde estão a trabalhar sem descanso. Os doentes estão infectados, na maioria, com gripe, e alguns com co-infecção. As autoridades apontam para um pico nas próximas semanas e uma segunda vaga nas férias de Ano Novo.

Face à gravidade da situação, a Administração Nacional de Prevenção e Controlo de Doenças publicou, no dia 9 deste mês, novas orientações para impor o uso de máscara nas instituições médicas, transportes públicos e nos locais com grande concentração de pessoas. As orientações referem que as doenças transmissíveis do tracto respiratório são transmitidas através de gotículas de saliva ou contacto próximo, por isso, o uso de máscara é eficaz para a prevenção.

Em Macau, está a chegar o pico das doenças respiratórias transmissíveis do Inverno, que é entre Janeiro e Março. Segundo o recente aviso do Instituto de Acção Social, a partir do dia 2 deste mês, o uso de máscara cirúrgica é obrigatório durante a permanência nos lares de idosos, centros de reabilitação e de desintoxicação.

Já passou quase um ano desde a epidemia e os residentes estão cada vez menos alerta para as doenças transmissíveis, portanto, sugiro ao Governo que preste atenção à situação das regiões vizinhas, com vista ao controlo e fiscalização rigorosos das vias de transmissão, emita instruções oportunas para exigir o uso de máscara nas instituições médicas e de serviço social, creches e escolas, entre outros estabelecimentos essenciais, e, ainda, que apele aos idosos, doentes crónicos e grávidas para usarem máscara, em prol da própria protecção.

As medidas de prevenção e protecção contra doenças transmissíveis são muitas, portanto, os residentes devem ter mais conhecimentos sobre a prevenção e estar sempre preparados para situações adversas. Após a administração da vacina contra a gripe, a produção de anticorpos suficientes leva, geralmente, 2 ou 3 semanas até surtir efeitos de protecção, assim, é insuficiente depender só dos serviços de saúde para os trabalhos de prevenção de epidemia, pois a saúde de todos deve ser salvaguardada com os esforços de todos.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 13.12.2023

Apoiar o desenvolvimento profissional de alta qualidade das mulheres, para que contribuam melhor para a RAEM

Em Outubro deste ano, realizou-se em Pequim o 13.º Congresso Nacional de Mulheres da China, no qual o Presidente Xi Jinping e o Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Ding Xuexiang, proferiram importantes discursos, reconhecendo plenamente a Federação das Mulheres de toda a China, as mulheres e as trabalhadoras em geral, e estabeleceram novas expectativas quanto à participação das mulheres na construção de uma nação forte e na causa do rejuvenescimento nacional, o que demonstrou a importância que o Estado atribui ao desenvolvimento das mulheres e das famílias, e forneceu também uma importante orientação e direcção para o trabalho do Governo da RAEM e das associações em prol do desenvolvimento das mulheres.

Com os esforços conjuntos de vários sectores da comunidade, o Governo concluiu, em 2019, os “Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres (2019-2025)”, que se tornou num importante índice de referência para orientar o desenvolvimento profissional das mulheres em Macau. Até agora, foram lançadas todas as 36 medidas de curto prazo e as 24 medidas de médio prazo, este ano, já foram lançadas 4 medidas de longo prazo, e a taxa global de conclusão atingiu 81%. Refere-se claramente, no recente Relatório das LAG, que vão ser lançadas, no próximo ano, mais 5 medidas de longo prazo, trabalho esse que é digno de reconhecimento.

Com o desenvolvimento do País e a mudança da situação socioeconómica de Macau nos últimos anos, aumentaram as expectativas da sociedade quanto ao desenvolvimento das mulheres. Especialmente na nova era, as mulheres não só desempenham um papel único na família, mas também sustentam metade da produtividade, pois há que reforçar a eliminação dos conflitos e desigualdades existentes para com as mulheres no trabalho e na família. Por exemplo, no trabalho, muitas mulheres queixam-se do impacto negativo da procriação no desenvolvimento da sua carreira profissional, e da existência de situações de categoria máxima; na família, as mulheres continuam a assumir a responsabilidade de principal cuidador, pois têm um grande stress no trabalho doméstico e nos cuidados, e não têm tempo para descansar; na sociedade, a proporção da participação política das mulheres e a situação actual da transversalização de género ainda continuam por melhorar. Só assim é que as mulheres podem equilibrar melhor as suas responsabilidades familiares e laborais, e ter mais espaço, oportunidades e tempo para se dedicarem à construção do País e da RAEM, dando o seu contributo.

Assim, proponho o seguinte:

1. Assegurar a concretização atempada dos objectivos e medidas de desenvolvimento das mulheres dentro do prazo previsto. Como faltam apenas dois anos para a conclusão dos “Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres (2019-2025)”, espero que o Governo, em conjunto com a sociedade, envide esforços para acelerar a concretização dos objectivos, por exemplo, promover junto de mais sectores públicos e privados a política de “transversalização de género”, que permita um melhor equilíbrio entre as diferenças reais entre os dois sexos, e estude sobre a uniformização do número de dias de licença de maternidade nos sectores público e privado, para proporcionar uma base melhor para a realização dos objectivos da próxima fase.

2. A sociedade apoia a procriação e os cuidados à família. Para eliminar a pressão que as mulheres enfrentam devido aos cuidados à família e à procriação, e tendo em conta o ambiente económico e o desenvolvimento sustentável da sociedade, espera-se que, através da adopção de leis, como linhas orientadoras, e da atribuição de subsídios, como forma de apoio, seja prorrogada a concessão do subsídio complementar à remuneração na licença de maternidade, e que a mesma medida se aplique à licença parental, e ao horário flexível de trabalho, entre outras diligências favoráveis à família. Ao mesmo tempo, deve tomar-se como referência as diversas medidas de apoio económico adoptadas nos últimos anos pelas províncias e municípios do Interior da China e por outros países e regiões, incluindo a atribuição de subsídios de prestação única ou de longo prazo, para reduzir a pressão das mulheres na prestação de cuidados aos seus filhos.

3. Reforça-se o papel da educação familiar no desenvolvimento social. Com base no actual “plano educativo da vida familiar”, continua a reforçar-se o apoio às associações e às organizações de mulheres para desenvolverem, de forma abrangente, acções de educação familiar que favoreçam o desenvolvimento sustentável da sociedade, e a partir da igualdade de género, da preparação pré-nupcial, do planeamento familiar, da manutenção do casamento, da partilha da responsabilidade parental, da educação parental e da educação intergeracional, entre outros aspectos, concretiza-se a importância dada pelo Estado ao desenvolvimento das mulheres e das famílias, criando-se um novo estilo de civilização familiar.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 13.12.2023

Há que prestar atenção às necessidades das PME, ajudando-as a ultrapassar as dificuldades resultantes da recuperação pós-pandemia

Durante estes três anos de combate à pandemia, as PME de Macau responderam activamente ao apelo do Governo e, perante a grande pressão de exploração, insistiram em não “fechar as portas” e em não despedir trabalhadores, envidando todos os esforços para garantir a estabilidade do emprego dos trabalhadores locais. O Governo, através do fundo de combate à epidemia, lançou várias medidas para apoiar os estabelecimentos comerciais a ultrapassarem as dificuldades causadas pela pandemia. Tomando como referência os dados estatísticos mais recentes dos Serviços de Economia, registaram-se cerca de 5200 pedidos para o Plano de bonificação de juros de créditos bancários para as PME e cerca de 3200 pedidos para o Plano de bonificação de juros de créditos bancários para aliviar o impacto negativo da epidemia nas empresas em 2022, o que demonstra bem a pressão sentida pelas PME e, mesmo que a economia de Macau tenha recuperado, necessitam ainda de algum tempo para poderem recomeçar as suas actividades.

Mais, as PME têm de enfrentar outros problemas decorrentes da conjuntura económica, por exemplo, o enfraquecimento do poder de compra da sociedade, as pessoas a fazerem compras no Interior da China, o aumento das rendas e dos custos dos produtos importados, o aumento das taxas de juro a nível mundial e o problema dos recursos humanos, desafios que afectam o fluxo de capitais das PME, agravando ainda mais a situação. Segundo as opiniões do sector, muitas PME deparam-se com dificuldades financeiras, portanto, esperam que o Governo prolongue, de forma adequada, os referidos planos, ou crie mais planos de apoio às PME.

1. Devido ao impacto da economia global e das estratégias de resistência ao risco adoptadas pelos bancos, muitas PME têm enfrentado dificuldades na obtenção de empréstimos, devido à falta de garantias sólidas. Segundo as informações da DSED, face ao “Plano de garantia de créditos a PME” e ao “Plano de garantia de créditos a PME destinados a Projecto Específico”, este último tem por finalidade apoiar as PME afectadas directamente por situações extraordinárias, imprevistas e de força maior, designadamente, as resultantes de calamidades naturais e de epidemias, na obtenção de financiamentos bancários necessários para fazer face às necessidades a curto prazo dos fundos de maneo das empresas. Mas, segundo os respectivos dados, depois de 2020, registou-se um aumento significativo do número de pedidos indeferidos no âmbito do primeiro plano, e indeferimentos de todos os pedidos, nos últimos cinco anos, no âmbito do segundo plano. As autoridades concluíram a revisão e a análise do primeiro plano. Sugiro ao Governo que optimize e ajuste, quanto antes, o referido plano, clarificando as condições de candidatura; e, ao mesmo tempo, acelere a revisão

do “Plano de apoio a PME”, concretizando os objectivos e as funções desse Plano, no apoio ao desenvolvimento das PME.

2. Durante o combate à pandemia, o Governo implementou uma série de medidas de redução e de isenções fiscais e subsídios, que surtiram os devidos efeitos. Neste momento, as medidas estão praticamente suspensas, restando apenas o “pagamento de juros e suspensão do reembolso do capital”, que se destina apenas às empresas que se candidataram às referidas medidas. Depois da epidemia, os governos do País e das regiões vizinhas mantiveram as medidas de apoio económico, e até lançaram mais medidas eficazes para apoiar as PME a ultrapassarem as dificuldades. Proponho ao Governo que, com base nas medidas regulares adoptadas pela DSED, mantenha as medidas de apoio económico aplicadas às PME durante a epidemia, para reduzir, a curto prazo, os seus custos de exploração. Quanto aos sectores não beneficiários da recuperação do sector do turismo, sugiro ao Governo que sejam criadas medidas de apoio e um fundo de crédito, para aliviar, a curto prazo, os problemas prementes de circulação de capitais das PME.

3. Para além de reduzir as despesas, num ambiente de fraco poder de consumo, a abertura das fontes de consumo é muito importante. O Governo afirmou, recentemente, que ia lançar, no próximo ano, actividades de promoção para os turistas, e que, em conjugação com a divulgação e promoção da KOL, ia distribuir-lhes 250 mil prendas. Sugiro ao Governo que divulgue, quanto antes, o conteúdo do referido plano, para as PME poderem planear e se articular com esta actividade, colaborando com as associações comerciais e as PME dos bairros comunitários, para realizar actividades, como descontos duplos, a fim de aumentar a eficácia de atracção de visitantes. Sugiro ainda ao Governo que reinicie o plano de “Lojas Antigas Típicas”, ou crie mais projectos de avaliação semelhantes, para ajudar a criar o cartão-de-visita das lojas e a atrair mais turistas a fazerem ali *check-in*, e a revitalizar a economia comunitária através de medidas pontuais.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 13.12.2023

Optimização do *software* do Metro Ligeiro e aumento da vontade da sua utilização por parte do público

A Estação da Barra do Metro Ligeiro entrou oficialmente em funcionamento no passado dia 8, significando que o Metro Ligeiro, finalmente, faz a ligação entre Macau e a Taipa, concretizando “sobre o mar” o transporte por carril. Embora a extensão da Linha facilite as deslocações dos residentes, os problemas do passado continuam por resolver após a entrada em funcionamento daquela estação. Por exemplo, neste momento, só é possível utilizar o “Macau Pass” e o Passe do Metro Ligeiro para passar nos canais de acesso, não sendo possível utilizar outros meios de pagamento electrónico, e o serviço de carregamento do “Macau Pass” não está disponível nas estações, o que causa inconveniências ao público, estando, ao mesmo tempo, muito aquém das expectativas da sociedade. Mais, a sinalização da direcção na Estação da Barra não está clara, faltam aplicações de telemóvel em cada estação para visualizar as informações da frequência em tempo real, o conteúdo do ecrã de informação da estação no interior do comboio é rudimentar, faltam equipamentos de Wi-Fi na estação, e, mais, entre o Metro Ligeiro e os autocarros não existe o benefício de transbordo, etc. Todos esses factores vão, pois, influenciar a experiência e a vontade do público de utilizar o Metro Ligeiro.

É de salientar que, no “Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)”, se refere que, “para melhor se articular com o desenvolvimento urbano, elevar eficazmente a capacidade e a eficiência dos transportes terrestres, aliviar, radicalmente, a pressão do trânsito rodoviário e criar melhores condições e mais opções para as deslocações do público, é necessário planear, adequadamente, a construção da rede ferroviária, para que o transporte ferroviário de alta eficiência, intensivo, fiável, pontual, de grande capacidade e confortável possa desempenhar um papel mais relevante no sistema de transporte terrestre. No planeamento da política de transportes de Macau, o Metro Ligeiro assume uma função importante para a elevação do nível dos transportes públicos terrestres, por isso é necessário continuar a melhorar os respectivos serviços e instalações complementares, para promover a concretização de “o Metro Ligeiro desempenha o papel principal e os autocarros o papel complementar” como objectivo da política.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. O “Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)” refere claramente que, antes do termo dos actuais contratos de autocarros em 2025, vai iniciar-se o estudo sobre a avaliação dos contratos e o desenvolvimento do transporte por autocarros, incluindo as suas ligações com o sistema de Metro Ligeiro. Por isso, para além de continuar a promover a construção das infra-estruturas, o Governo deve melhorar de forma contínua as instalações

complementares de *software*, como os descontos nas ligações com os autocarros, a divulgação de informações, as instruções nas paragens, etc., a fim de aumentar o interesse do público em utilizar os autocarros, e a eficiência da construção do Metro Ligeiro.

2. De acordo com o Relatório Anual de Actividades de 2022 da Sociedade do Metro Ligeiro de Macau, S.A., as receitas totais atingiram 680 529 172 patacas, das quais 658 776 252 patacas foram apoios do Governo e 1 519 432 patacas, as receitas operacionais. O Governo tem afirmado que é difícil conseguir o equilíbrio entre as receitas e as despesas da Sociedade do Metro Ligeiro, mas, seja como for, aquando do planeamento da construção das diversas estações, havia que ter em conta os espaços comerciais complementares envolventes. Deve-se aumentar as receitas directas e indirectas do Metro Ligeiro, melhorar a longo prazo a sua situação de receitas e despesas, e reduzir os encargos financeiros públicos.

3. A Estação da Barra, para além de ser a primeira do segmento de Macau do Metro Ligeiro, é rica em recursos culturais e turísticos. Sugiro ao Governo que optimize os itinerários nas proximidades do Centro Modal de Transportes da Barra, e reforce a ligação da rede pedonal nessa zona, contribuindo para a sua revitalização, por forma a dinamizar a economia comunitária através do aperfeiçoamento da distribuição do trânsito.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 13.12.2023

Promover a captação de negócios e investimento e aumentar o investimento nos serviços públicos, por forma a apoiar os estudantes universitários no acesso ao emprego

No debate das LAG para a área da Economia e Finanças, que teve lugar no mês passado, referi que, actualmente, Macau, para além de ter de enfrentar o desemprego estrutural, ainda se depara com um problema que os académicos apelidam de “alta habilitação académica e baixo nível de emprego”.

Por outras palavras, “os recém-licenciados não conseguem encontrar um emprego”.

Segundo a resposta dos dirigentes do Governo, o número de desempregados com habilitações académicas elevadas diminuiu trimestralmente. É inegável que o Governo tem organizado várias sessões de recrutamento e conjugação de emprego para ajudar os residentes no acesso ao emprego, mas o Governo e a sociedade não podem negligenciar esta questão. A redução do número deve-se à redução da taxa de desemprego em geral e não à diminuição do fenómeno. De facto, em comparação com o primeiro trimestre, o fenómeno de “alta habilitação académica e baixo nível de emprego”, isto é, a taxa de indivíduos desempregados com formação superior, manteve-se no nível mais alto, entre 4,5 e 4,7.

Em suma: “a situação de desemprego das pessoas que acabaram os seus estudos universitários continua a não ser optimista”.

Em comparação com os dados do primeiro trimestre, os principais beneficiários do alívio da taxa de desemprego são as pessoas de meia-idade, ou seja, pessoas com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos, mas o desemprego dos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos não registou qualquer melhoria. Mais, de acordo com as estatísticas, o número de desempregados que necessitam de pelo menos 4 meses, ou até mais de 1 ano, para encontrar um novo emprego também aumentou.

Isto quer dizer: “é cada vez mais difícil para os desempregados encontrarem emprego”.

No primeiro semestre deste ano, a taxa de crédito das pequenas e médias empresas (PME) de Macau diminuiu 15,4 por cento, e o rácio de empréstimos não pagos das empresas aumentou, o que reflecte que a economia de Macau não se está a desenvolver de forma equitativa, apesar de a indústria do turismo estar a recuperar passo a passo. Quanto ao investimento, as empresas locais, que ainda sobrevivem, são cada vez mais conservadoras e prudentes, e, quanto ao desenvolvimento, não têm capacidade para oferecer mais postos de trabalho às pessoas que acabaram os estudos universitários.

No próximo ano, celebra-se o vigésimo quinto aniversário do retorno de Macau à Pátria, e o Governo da RAEM vai organizar várias actividades comemorativas, e creio que será possível alcançar um certo efeito de sinergia e aumentar o número de visitantes. Assim, apelo ao Governo que não se foque apenas na recuperação dos sectores do turismo e do jogo, descurando o ritmo da economia em geral, mas, sim, há que dar continuidade às medidas de apoio à economia comunitária, às micro, pequenas e médias empresas, e aos estabelecimentos comerciais. Mais, que planeie, quanto antes, a melhor utilização dos terrenos desaproveitados, a introdução de novas indústrias e a criação de novos sectores económicos, com vista a criar mais postos de trabalho no mercado, quer para a promoção do investimento local, quer para a captação de investimentos.

Por último, solicito mais uma vez ao Governo que reforce os investimentos nos serviços públicos e nas instituições de serviços sociais, e o apoio na contratação de mão-de-obra, por exemplo, pessoal de enfermagem, psicólogos, terapeutas, e pessoal de apoio administrativo, a fim de responder atempadamente às exigências da sociedade, aumentando o número de postos de trabalho, criando assim mais oportunidades de emprego para os nossos jovens e para os estudantes universitários.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 13.12.2023

Aperfeiçoar os mecanismos de remuneração e benefícios dos professores para estabilizar melhor a equipa docente

O pessoal docente é uma força importante da educação. Nos últimos anos, a qualidade do ensino em Macau melhorou gradualmente, e o recente relatório PISA mostra que Macau conseguiu bons resultados numa série de testes. A manutenção da qualidade do ensino e da aprendizagem, apesar da elevada pressão da epidemia, está indissociavelmente ligada ao trabalho árduo e à dedicação altruísta dos nossos professores da linha da frente. Porém, os progressos evidentes na qualidade do ensino não foram acompanhados por uma melhoria das remunerações nem por garantias de emprego dos professores, o que conduz à instabilidade da equipa docente.

Segundo o Governo durante o debate das LAG, o investimento na educação é estável, algumas escolas são financeiramente sólidas e a taxa de aumento de subsídios concedidos às escolas já “ultrapassou o limite”. Porém, muitas escolas dependem basicamente dos subsídios concedidos pelo Governo, e as remunerações dos professores não conseguem, portanto, resistir à inflação. Mais, actualmente as tarefas pedagógicas e não pedagógicas são constantemente ajustadas e aumentadas à luz da reforma curricular, e os trabalhos sem fim aumentam ainda mais a pressão sobre os professores, apesar de o Governo ter melhorado os horários através das “Orientações sobre a utilização de *software* de comunicação depois da escola” e do “Quadro geral” para reduzir a pressão sobre os professores, mas a pressão do trabalho continua a ser enorme. A epidemia, que durou vários anos, resultou na falta de correspondência entre as remunerações e os subsídios dos professores e o seu desenvolvimento, a par de dificultar a manutenção da estabilidade e a melhoria da equipa docente.

“Promover a prosperidade de Macau através da educação” é um objectivo importante das acções governativas do Governo da RAEM, mas perante a redução do número de alunos, muitas escolas privadas sem fins lucrativos enfrentam dificuldades de exploração, o que afecta indirectamente a estabilidade de emprego dos docentes. O Governo deve, tendo em conta a nova situação social, lançar medidas específicas, nomeadamente, encontrar mais soluções para estabilizar a equipa docente e ajudar as escolas em causa a ultrapassarem as crises, com vista a estabilizar a confiança no desenvolvimento educativo.

Assim, proponho o seguinte:

1. A epidemia dos últimos três anos teve grande impacto na economia e na sociedade, e o sector educativo não é excepção, pois os docentes tiveram de sofrer o stress de mudar o método de trabalho, de *offline* para *online*, e também de colaborar com o Governo nos trabalhos de prevenção e combate à epidemia na linha da frente, protegendo Macau com acções concretas. Neste momento, com o

fim da epidemia, a economia está a recuperar, mas os docentes não são tratados de forma justa, há uma grande diferença de tratamento entre as escolas públicas e as escolas privadas. Os regimes dos docentes das escolas públicas e privadas são diferentes, mas o Governo tentou, na medida do possível, reduzir as diferenças, para estabilizar o desenvolvimento do sector educativo. Assim, sugiro ao Governo que aumente o investimento nas escolas privadas e que reforce, atempadamente, os apoios educativos, melhore as condições dos docentes, reduza as diferenças entre as escolas públicas e as privadas, e garanta a estabilidade das escolas privadas.

2. Na sequência da reforma educativa, as exigências relativas aos docentes sofreram alterações. Muitas escolas reforçaram a formação, a competição e o aperfeiçoamento, para os impulsionar a adaptarem-se às mudanças do trabalho. Porém, o desenvolvimento profissional dos docentes é limitado devido à falta de um planeamento sistemático da formação para este objectivo. Sugiro ao Governo que implemente, quanto antes, o “Regime do desenvolvimento profissional do pessoal docente das escolas particulares”, para apoiar e incentivar os docentes destas escolas à aprendizagem sistemática, e que crie programas específicos de apoio à frequência de cursos de mestrado e doutoramento, para promover o desenvolvimento profissional dos docentes e elevar a qualidade do ensino.

3. A redução da taxa de natalidade resultou na diminuição do número de alunos e afectou gravemente a estabilidade do desenvolvimento da educação. No enquadramento do sistema de escolaridade gratuita, as escolas particulares sem fins lucrativos já não conseguem responder às necessidades do desenvolvimento do mercado e algumas enfrentam dificuldades de exploração. Por isso, o Governo deve adoptar medidas específicas ao nível do planeamento do desenvolvimento educativo, especialmente ponderar liberalizar ainda mais o ensino não superior, para as vagas excessivas serem preenchidas por alunos do exterior, e promover, deste modo, a internacionalização das escolas particulares locais, impulsionando ainda mais o desenvolvimento da marca educativa de Macau.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 13.12.2023

Prestar atenção aos novos crimes através da inteligência artificial e garantir a estabilidade social e a segurança nacional

Nos últimos anos, a inteligência artificial tem-se desenvolvido rapidamente, e os cenários de aplicação têm-se multiplicado, quebrando as fronteiras espaciais e temporais, trazendo conveniência e também novos desafios à sociedade.

Ora, no âmbito da síntese de fala e do reconhecimento facial, basta carregar uma fotografia e aplicar as técnicas de síntese profunda para qualquer pessoa poder ser protagonista de uma produção cinematográfica ou televisiva, com as expressões tão bem imitadas que se passam por verdadeiras. Entretanto, há criminosos que usam estas técnicas para a prática de burla, tornando o público cada vez mais atento aos casos de “burla com troca de rosto através da inteligência artificial” e exigindo que nos mantenhamos alerta.

De facto, é frequente o uso abusivo da tecnologia de “troca de rosto através da inteligência artificial” para a violação de dados pessoais. O aproveitamento de uma fotografia ou de um vídeo pode servir para inventar notícias, injuriar, difamar ou extorquir dinheiro, e com os efeitos da rápida propagação da *internet*, as consequências são inimagináveis. Na realidade, isto agrava a propagação de rumores na *internet*, fomenta a prática de burla, prejudica o direito à imagem, ao bom nome e à privacidade das pessoas, e até dá lugar a comentários que incitam à violência, ameaçando a segurança do Estado.

Como muitos influenciadores famosos, artistas e políticos foram vítimas da “troca de rosto com Inteligência Artificial (AI)”, em Janeiro, a Administração do Ciberespaço da China, o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação e o Ministério da Segurança Pública publicaram, em conjunto, as “Disposições sobre a administração de síntese profunda de serviços de informação na Internet”, definindo o “limite” e a “linha vermelha” para esta síntese profunda. Em Agosto, implementaram-se oficialmente as “medidas provisórias para a gestão dos serviços de Inteligência Artificial Generativa”, estabelecendo disposições mais pormenorizadas para a indústria da inteligência artificial generativa. Isto demonstra, ainda mais, que o Estado está a promover o desenvolvimento saudável e a aplicação normativa da inteligência artificial generativa, a salvaguardar a segurança nacional e o interesse público, e ainda a proteger os legítimos direitos e interesses dos cidadãos.

O Governo afirmou que ainda não se registaram casos de fraude através da Inteligência Artificial em Macau, mas há que tomar medidas preventivas antes que os problemas aconteçam, pois depois será tarde demais para remediá-los.

Assim, proponho o seguinte:

1. Tendo em conta os potenciais riscos de cibersegurança decorrentes do desenvolvimento das tecnologias, é necessário regulamentar melhor a inteligência artificial. Proponho ao Governo que acelere a legislação sobre a segurança e utilização da inteligência artificial e estabeleça “limites”, para salvaguardar melhor a segurança nacional. Mais, com a passagem do Gabinete de Protecção de Dados Pessoais a entidade permanente no próximo ano, os dados pessoais e o direito fundamental à privacidade vão ser mais bem protegidos. Proponho, então, que se proceda, ao mesmo tempo, à avaliação e revisão da Lei da protecção de dados pessoais, que está em vigor há mais de 15 anos.

2. É necessário melhorar o *hardware*. A aplicação abusiva da tecnologia de “troca de rosto por inteligência artificial” levou a um aumento de casos criminais nos últimos anos. Não se registou em Macau nenhum crime deste tipo, mas é necessário tomar precauções. Na Semana Nacional de Sensibilização para a Cibersegurança deste ano, foi também lançado um produto relacionado com a plataforma de testes e autenticação, que pode detectar e identificar, de forma inteligente, vídeos falsificados, e ajudar o serviço fiscalizador a melhorar as suas capacidades de salvaguarda da segurança dos conteúdos. Proponho ao Governo que introduza os referidos produtos para melhorar o *hardware*, para evitar consequências graves e até o caos social, visto que até os governantes e celebridades já foram vítimas da “troca de rosto por inteligência artificial”.

3. Proponho ao Governo que reforce a consciência da população e o papel do policiamento comunitário, contando com a colaboração dos novos meios de comunicação social para proceder à divulgação e sensibilização, de modo a alertar o público para que faça um bom trabalho na protecção da privacidade. Quando confrontados com chamadas de vídeo, os cidadãos devem prestar mais atenção à forma dos olhos ou da boca, para verem se é natural, e tentar verificar, através de vários canais, a autenticidade da identidade de quem faz a chamada, para evitarem transformar-se em vítimas.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 13.12.2023

Inspecção regular das instalações pedonais

Hoje, gostaria de debater convosco a questão municipal. O turismo de lazer é a indústria pilar de Macau e, após a pandemia, o Governo envidou imensos esforços em publicitar Macau, cujos resultados estão à vista de todos, pois o número de visitantes recuperou rapidamente. Mas há uma curiosidade: as actuais formas de turismo são diferentes das do passado. Hoje em dia, a maioria dos turistas são portadores de visto individual e são jovens. Eles gostam de ir a pé, de seguir as indicações dos influenciadores digitais e vão à procura de pontos de *check-in* nas diversas zonas e, ao longo do percurso, descobrem coisas interessantes. Tudo isto é fruto do sucesso das estratégias de publicidade do Governo da RAEM, o que merece o nosso elogio!

“Dar prioridade aos transportes públicos e incentivar as deslocações pedonais” é o conceito principal do “passeio ecológico”. Tenho vindo a apoiar a construção contínua de sistemas e instalações pedonais amigas do ambiente, e o actual sistema pedonal tem vindo a ser optimizado ligando as diversas zonas, promovendo uma ligação com as novas zonas urbanas e as estações do metro ligeiro, construindo desta forma um sistema pedonal tridimensional e com isso promovendo as deslocações ecológicas para as várias zonas da cidade. Tudo isso leva os peões a visitar a nossa bela cidade, apreciando não só a beleza do Centro Histórico de Macau, mas também as singularidades arquitectónicas da nossa cidade.

Macau é uma cidade turística internacional, portanto, há que dar uma maior atenção aos trabalhos de reparação, manutenção e limpeza das instalações para os peões. As entidades responsáveis pela gestão devem fiscalizar bem os que executam esse trabalho, pois há que efectuar bem os trabalhos diários de limpeza e reparação, e o trabalho não pode ser feito de forma desleixada. Estes trabalhos vão criar uma boa imagem junto dos turistas, sendo uma medida importante para a construção da imagem da cidade. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Quanto às zonas pedonais mais utilizadas, deve assegurar a limpeza e a higiene dos equipamentos externos, nomeadamente, os equipamentos contra incêndios e eléctricos, e os corrimãos, por exemplo: a zona pedonal subterrânea que liga o Hotel Lisboa ao Hotel Wynn Macau tem o interior das caixas de luz com teias de aranha, as lâmpadas apagadas, os equipamentos contra incêndios a emitirem sinais sonoros sem qualquer acompanhamento imediato, os instrumentos de limpeza e de manutenção colocados em locais visíveis, etc.

2. Quanto à inspecção e reparação periódicas do pavimento das zonas pedonais, deve assegurar-se o nivelamento sem barreiras, reparar os ladrilhos e rachaduras danificados, melhorar a iluminação e proporcionar um ambiente pedonal seguro. Deve ainda reforçar a gestão dos sinais de trânsito e das sinalizações, para aumentar a facilidade de navegação dos turistas.

3. Quanto à danificação da cobertura da passagem superior para peões e à acumulação de lixo na parte superior da mesma, deve proceder-se periodicamente à sua reparação e limpeza, para garantir a segurança da parte superior da ponte, prolongar a sua vida útil e assegurar a limpeza dessa parte para evitar riscos.

4. Quanto à falta de limpeza dos corrimãos das escadas rolantes e da sua superfície, deve assegurar-se a sua limpeza periódica, de modo a reduzir a sujidade e a permanência de bactérias nas escadas rolantes. Além disso, pode ser afixado um sinal de frequência de limpeza junto das escadas rolantes, para dar a conhecer o plano de limpeza da entidade gestora e aumentar a confiança dos utentes.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Kou Kam Fai em 13.12.2023

Optimizar a educação para promover o desenvolvimento

Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) 2022, organizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e adiado por um ano devido à pandemia, foram divulgados a 5 de Dezembro. Nesta avaliação, Macau obteve as notas de 552, 543 e 510 em matemática, ciências e leitura, respectivamente, superiores à média internacional, e ocupou o segundo lugar a nível mundial no desempenho geral destas três literacias. Ainda segundo o mesmo estudo, a educação básica de Macau é justa e de qualidade, ocupando o primeiro lugar a nível mundial.

Para reforçar o conhecimento e a aplicação dos resultados de Macau do PISA 2022, continuar a melhorar as literacias e as capacidades dos nossos alunos e formar mais quadros qualificados para o País e a RAEM, apresentamos as seguintes sugestões:

1. Aproveitar os dados do PISA para otimizar, de forma contínua, a educação. De acordo com os dados do PISA 2022, os alunos de Macau com 15 anos de idade tiveram um bom desempenho nas três literacias, especialmente em matemática, a principal área de testes desta edição, ocupando, pela primeira vez, o segundo lugar a nível mundial, sendo os melhores resultados obtidos em relação a edições anteriores do PISA. Sugerimos o seguinte: o Governo deve aproveitar bem os dados do PISA para proceder a uma análise detalhada dos pontos fortes e fracos da educação de Macau, e definir políticas para aperfeiçoamento dos pontos fracos, e, ao mesmo tempo, deve desenvolver trabalhos para alunos com bom desempenho, especialmente escolher alunos excelentes em matemática e ciências, com vista à articulação com a “Vila de Ciência e Tecnologia para Jovens” e para estabelecer uma base sólida para a formação de talentos locais.

2. Continua-se a procurar e a formar talentos com potencialidades. Macau está a caminhar para o desenvolvimento diversificado das indústrias “1 + 4”, em que coexistem oportunidades e desafios, e um dos pontos fracos é a falta de talentos diversificados. Esperamos que a revisão do “Quadro curricular” e das “Competências académicas básicas”, a concluir no próximo ano, possa integrar o desenvolvimento nos currículos escolares, para reforçar o conteúdo educativo da base cultural e da construção científica e tecnológica. Compreende-se profundamente as três questões educativas do Presidente Xi Jinping, do relatório do 20.º Congresso: formar pessoas para quê, que tipo de pessoas formar e como formar pessoas. Assim, há que organizar mais visitas de jovens às universidades para conhecerem os recursos e os resultados de investigação, para alargar os seus horizontes e orientá-los para conhecerem melhor as necessidades do futuro desenvolvimento do País e de Macau, para que possam ser os quadros qualificados necessários para o desenvolvimento diversificado das indústrias “1 + 4”.

Numa altura em que os resultados alcançados em todo o mundo estão influenciados pela epidemia, Macau conseguiu obter bons resultados nesta luta, e a sua equidade educativa tornou-se ainda mais conhecida a nível mundial, o que reflecte a resiliência e a adaptação do sistema educativo de Macau. Tudo isto depende do apoio do País e do Governo da RAEM, e ainda dos esforços conjuntos dos docentes da linha da frente, alunos e encarregados de educação. Ao longo dos anos, têm sido desenvolvidos estudos e trabalhos práticos de *e-learning*, e, gradualmente, a exploração de diversas plataformas de recursos e o modelo de ensino à distância tornaram-se vulgarizados, e o ensino com a orientação do “Quadro curricular”, das “Competências académicas básicas” e do “Regime de avaliação” também tem obtido bons resultados. Espera-se que, com base no PISA 2022, se continue a promover as diversas políticas que se articulam com as tendências internacionais, e a promover um desenvolvimento prospectivo da educação, para todas as crianças poderem desenvolver o seu potencial e serem mais competitivas e resilientes na futura sociedade.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio e Cheung Kin Chung em 13.12.2023

Alargar a fonte de visitantes internacionais, para consolidar ainda mais a nossa posição como centro mundial de turismo e lazer

Sob a liderança do Chefe do Executivo, o Governo adoptou várias políticas e medidas para promover a recuperação económica após a pandemia, e os resultados são notáveis. Impulsionada pelo desenvolvimento económico e turístico, a economia de Macau recuperou para mais de 70% do mesmo período de 2019, e a tendência geral de desenvolvimento é favorável.

Este ano, Macau ocupa o primeiro lugar entre os destinos turísticos dos residentes do Interior da China, acompanhado do aumento contínuo do número total de visitantes internacionais, o que contribui para consolidar, continuamente, a posição como centro mundial de turismo e lazer.

Devemos perseverar e empregar mais esforços para desenvolver activamente o mercado turístico internacional, sendo então necessário implementar programas para promover, eficazmente, a visita a Macau dos turistas do Nordeste e do Sudeste Asiático, incluindo uma abordagem multifacetada através de vários canais promocionais, tais como plataformas *online* e *offline*, influenciadores da *internet*, comércio electrónico, bem como recorrendo a várias formas de incentivos, aos transportes, alojamento, restauração, etc. Ao mesmo tempo, há que reforçar a cooperação com as cidades da Grande Baía para desenvolver mais produtos turísticos “multi-destinos”, de qualidade e com características especiais; há que encorajar a participação activa do sector do turismo das diversas regiões, de modo a atrair mais turistas do Interior da China e do estrangeiro para visitar Macau e promover a troca de turistas entre regiões, alcançando-se vantagens para todos.

O Aeroporto Internacional de Hong Kong ocupa os primeiros lugares no *ranking* mundial em termos de transporte de passageiros, e é um dos mais importantes aeroportos internacionais da Ásia. Pode-se tirar pleno proveito do papel deste Aeroporto como motor da internacionalização e da função de ligação e transbordo com a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, para expandir efectivamente as fontes de turistas internacionais que visitam Macau.

Devemos também aperfeiçoar as rotas aéreas do Aeroporto Internacional de Macau, acelerar as obras de expansão do aeroporto, criar condições para a abertura de mais voos internacionais directos de e para Macau, e acelerar o aumento da competitividade do mercado turístico internacional de Macau.

Devemos persistir na estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia de “1+4”, e empenhar-nos na adaptação às necessidades do mercado turístico internacional, desenvolver as vantagens próprias e as

particularidades de Macau, promover de forma contínua o desenvolvimento de alta qualidade da indústria de turismo e lazer integrado, aumentar e enriquecer de forma contínua os elementos e conteúdos turísticos, promover a integração intersectorial do “turismo +”, consolidar a imagem de Macau como destino turístico de qualidade e acelerar a construção de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer.

José Maria Pereira Coutinho

“A necessidade de simplificar os procedimentos da travessia entre Macau e a Ilha da Montanha para todos os residentes sem qualquer discriminação”

Recentemente, o nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos tem recebido muitos pedidos de apoio de residentes portugueses que residem em Ilha da Montanha e muitos outros que pretendem adquirir as fracções habitacionais do do “Novo Bairro de Macau”, mas que por não disporem de salvo de conduto para circulação na China enfrentam demoras na transição da fronteira afectando igualmente os pequenos e médios empresários, os profissionais liberais, os estudantes, idosos e deficientes.

Como sabemos, a empresa Macau Renovação Urbana iniciou a comercialização de aproximadamente 4000 unidades residenciais neste projecto, destinadas exclusivamente a residentes de Macau que não possuem mais do que uma propriedade em Macau e que não têm propriedades registadas em Zhuhai. Esta iniciativa é louvável, visando proporcionar mais opções habitacionais aos nossos cidadãos. No entanto, ela levanta sérias questões sobre a igualdade e acessibilidade para todos os residentes de Macau, especialmente os portugueses residentes permanentes.

Esses residentes, apesar de integrarem plenamente a nossa comunidade, estão enfrentando dificuldades consideráveis devido à incerteza em relação ao acesso fronteiriço. As famílias afectadas, cujos filhos estudam em Macau e cujos pais trabalham diariamente na cidade, estão justificadamente preocupadas com a exigência de apresentar passaportes diariamente, enfrentando longas filas e procedimentos burocráticos. Isso não apenas gera inconvenientes diários, mas também questiona a viabilidade de residir na Ilha da Montanha.

Além disso, a questão da quota e da circulação de trabalhadores domésticos das famílias de Macau e a Ilha da Montanha permanece sem resposta. E, embora os bancos locais, como o Banco da China e o BNU, estejam dispostos a conceder empréstimos a portadores de BIR sem salvo-conduto, a empresa promotora do Novo Bairro expressou sua incapacidade de garantir que essas famílias possam cruzar a fronteira diariamente com a mesma facilidade que outros residentes de Macau. Eles indicam que essa é uma questão a ser resolvida pelas autoridades competentes.

Com o desenvolvimento económico de Ilha da Montanha aumenta também o número de pequenos e médios empresários portugueses e os profissionais liberais todos residentes permanentes em Macau que não dispoendo do tal salvo de conduto para circulação na

China necessitam de transpor frequentemente as fronteiras quer a pé quer de automóvel ou motociclo para gerir os seus negócios ou exercer as suas actividades profissionais mas que neste momento estão impossibilitados de o fazer nem mesmo como acompanhantes do condutor do veículo particular.

Concluo apelando às autoridades competentes para que tomem medidas imediatas para resolver estas questões, assegurando que a todos os residentes de Macau, independentemente da sua nacionalidade, possam usufruir de igualdade de oportunidades e condições de vida na Ilha da Montanha. Propomos que sejam simplificados os procedimentos burocráticos na travessia à Ilha da Montanha aos empresários e profissionais que entrem em veículos motorizados com a instituição de um “sistema inteligente”, uma espécie de linha verde de circulação para todos os residentes locais sem qualquer tipo de distinção.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 13.12.2023

Construir mais instalações para a prática do desporto para todos e resolver o problema da sobrevivência dos talentos desportivos de alto rendimento aposentados

Na 19.^a edição dos Jogos Asiáticos, que terminaram há pouco tempo em Hangzhou, a delegação de Macau conquistou uma medalha de ouro, três de prata e duas de bronze nas modalidades de *wushu* e karaté, num total de seis medalhas. Este foi o melhor resultado alcançado por Macau em todos os Jogos Asiáticos, tendo honrado a RAEM e inspirado muito os atletas locais. Espero que eles possam também brilhar na 15.^a edição dos Jogos Nacionais, a realizar conjuntamente por Guangdong, Hong Kong e Macau em 2025, e obter resultados excelentes.

Porém, devido às restrições geográficas e aos recursos limitados de Macau, as instalações para a prática do desporto para todos e a sobrevivência dos talentos desportivos de alto rendimento merecem até mais a nossa atenção.

Em primeiro lugar, quanto às instalações para a prática do desporto para todos, em 2022, a área das instalações desportivas *per capita* foi de 1,53 metros quadrados, tendo havido um aumento de 0,18 metros quadrados, ou seja, cerca de 14,2 por cento, face aos 1,34 metros quadrados em 2017. Este aumento resulta, sem dúvida, da importância que o Governo e a população atribuem ao desporto, mas a área das instalações desportivas *per capita* em Macau ainda está longe dos 2,62 metros quadrados das cidades do Interior da China, dados divulgados pelo Gabinete Nacional de Estatísticas. Apesar de as instalações serem limitadas, as vagas para os diversos campos desportivos e os cursos do desporto para todos estão sempre esgotados. Após a pandemia e perante o actual surto de diversas gripes, a população está cada vez mais consciente de que ter uma boa condição física é muito importante e valioso. Assim, o Governo deve continuar a ponderar a construção de complexos desportivos de grande envergadura e de mais instalações desportivas nos terrenos desaproveitados de Macau e na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin.

Em segundo lugar, no que respeita à sobrevivência dos talentos desportivos no desporto competitivo, para louvar os atletas da seleção de Hong Kong pelo seu esforço total nos Jogos Asiáticos de Hangzhou, a Região Administrativa Especial de Hong Kong distribuiu prémios pecuniários num valor total de 32,5 milhões de dólares de Hong Kong aos 112 atletas premiados. A atribuição de prémios pecuniários aos atletas premiados não visa apenas compensar o seu esforço nas competições, mas também resolver, de forma eficaz, as preocupações da vida dos atletas, incentivando-os a perseverar nas suas carreiras desportivas. Mas em Macau investiu-se muito dinheiro na formação dos atletas e, depois de se aposentarem, são obrigados a mudar de emprego devido a restrições de subsistência, o que é um desperdício de décadas de formação e a perda de profissionais qualificados.

Espero que as autoridades aperfeiçoem e alarguem a cadeia da indústria do desporto de Macau, disponibilizando mais postos de trabalho de qualidade relacionados com o desporto, para que os nossos atletas possam continuar a trabalhar depois de se aposentarem, sem defraudar os esforços realizados durante dezenas de anos e também sem desperdiçar o tempo e o esforço despendidos em Macau na formação de atletas. Ao mesmo tempo, através da atribuição de prémios pecuniários e do fornecimento de uma voz oficial para ajudar os atletas a lidar com a pressão da vida, incentiva-se os atletas em serviço e os mais jovens talentos de Macau a competir em campeonatos e pela glória de Macau, não só no desporto, mas também em todos os aspectos. Mais, espero que o Governo crie um sistema de formação de desportistas profissionais a partir do ensino primário, a fim de continuar a formar desportistas com talento para o desporto de Macau.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 13.12.2023

O Relatório das LAG para 2024 enfatiza o enriquecimento do conteúdo de "uma base", a construção de uma cidade cultural e a construção de uma "cidade de artes performativas". Nos últimos anos, o Governo adoptou várias medidas para promover o sector artístico, tendo-se registado um grande desenvolvimento, não só com a realização de diversas actividades de grande envergadura, mas também com a participação de muitas associações artísticas locais, que enriqueceram a vida cultural e artística de Macau. No entanto, a procura por locais de espectáculos de pequena e média dimensão ainda é muito alta.

A Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura, Ao leong U, afirmou que a criação de uma "cidade de artes performativas" é importante para o desenvolvimento da "cultura +", e que é importante para o desenvolvimento do sector das artes performativas rumo a um nível e padrão mais elevados. Como criar uma "cidade de artes performativas" com características próprias e atractivas, como promover Macau num palco maior, especialmente na construção de uma plataforma de intercâmbio trans-regional, e como atrair mais eventos artísticos e culturais de outras regiões para serem realizados em Macau, são questões às quais, neste momento, o Governo ainda tem de prestar grande apoio.

Recentemente, durante o debate das LAG, o Governo afirmou que, no próximo ano, ia aumentar o número de locais para espectáculos, com vista a promover o desenvolvimento industrial, entre os quais, o Teatro Caixa Preta, que entrou em funcionamento em Julho deste ano. Este teatro foi criado com especificações profissionais e tem como objectivo os jovens. Espera-se que as autoridades continuem a promover o desenvolvimento diversificado do teatro e a transformá-lo num marco cultural reconhecido pelos jovens não só de Macau, mas também da região vizinha.

Também há espectáculos artísticos em Macau que têm como público-alvo os residentes e que contribuem para a criação de um ambiente comunitário harmonioso e para a construção de uma sociedade harmoniosa. Por isso, ao aumentar o número de locais para a realização de espectáculos, o Governo deve ponderar, no pressuposto de assegurar a distribuição regular dos espectáculos por zonas, aumentar o número de locais para a realização de espectáculos de diferentes tipos e dimensões, com vista a proporcionar mais escolhas às associações culturais e artísticas, a atrair a participação dos residentes dos bairros comunitários e a reforçar a construção e o aperfeiçoamento das instalações e recursos para a realização de espectáculos, fazendo com que estes locais reflectam as características e o estilo de Macau e se tornem marcos e *ex-libris* da cidade; mais, isto também pode atrair até Macau, para intercâmbio, mais grupos artísticos de outras regiões e de diferentes dimensões que trabalham diferentes temas. O desenvolvimento da indústria das artes performativas não se deve centrar apenas em projectos de grande envergadura, pois as actividades artísticas de pequena e média dimensão podem ser divulgadas de forma mais flexível nesta pequena

cidade, contribuindo facilmente para a criação duma atmosfera artística e cultural em todos os locais da cidade.

Acredita-se que as actividades artísticas e culturais, tanto cívicas como profissionais, podem criar um bom ambiente cultural e artístico em Macau, impulsionando a diversidade cultural e a criatividade, criando consequentemente um bom ambiente artístico-cultural. Só assim é que se pode promover Macau como uma “Cidade de Artes Performativas” e contribuir para a construção de Macau como “Uma Base”.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 13.12.2023

Utilização justa dos activos de concessão e divulgação da calendarização para a emissão das licenças de convergência

O Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações “1 mais 1” e a licença de rede fixa expiram no dia 31 deste mês. Recentemente, o Governo anunciou que ia renovar o contrato de concessão e a licença da rede fixa com a CTM por um período curto, ou seja, alguns meses, e ia tentar promover a reforma do sector das telecomunicações nesse período. No recente debate das LAG, o Governo comprometeu-se a lançar novas políticas antes do termo do seu mandato, para o sector poder funcionar num mercado justo e imparcial, mas afirmou que a “renovação e reforma” eram tarefas “mais importantes e urgentes”, por isso, a curto prazo, não ia considerar a elaboração da “Lei das telecomunicações”. Afinal, em relação às questões-chave, nomeadamente, sobre se a renovação provisória da gestão dos activos da concessão vai ou não ultrapassar o actual mandato do Governo e se a licença de convergência vai ser emitida ainda durante este mandato, o Governo ainda não deu nenhuma calendarização clara para isso!

Na verdade, em 2013, o Governo afirmou que a futura licença ia ser considerada na direcção da “convergência” ou “integração das três redes”; em 2019, o Governo lançou uma consulta pública sobre as licenças de convergência de redes e serviços de telecomunicações; e, nas LAG da área dos transportes e obras públicas para 2020, referiu expressamente que a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações ia concluir a elaboração do “Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações” e promover a sua entrada no processo legislativo, e ia rever o “Contrato Adicional ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações”, para garantir que os activos da concessão das telecomunicações fossem utilizados de forma justa pelos diversos operadores. Mas, até ao momento, o Governo ainda não cumpriu as referidas promessas.

O Governo não aproveitou a oportunidade da liberalização da rede fixa, em 2011, para concretizar a utilização justa dos activos da concessão e promover a concorrência eficaz no sector, não procedeu também a um tratamento rigoroso nem na revisão intercalar da gestão dos activos da concessão em 2016, nem no termo do respectivo contrato em 2021 e, pelo contrário, em 1 de Dezembro de 2021, renovou, por mais dois anos, o contrato de concessão com a CTM, sem qualquer divulgação prévia do assunto, fazendo com que os activos da concessão continuem a ser utilizados em regime de exclusividade, desde a entrada em vigor do contrato de concessão em 2011, ou seja, há 11 anos.

Quanto aos serviços televisivos, os representantes do sector das empresas de antenas comuns e a Canais de Televisão Básicos de Macau, S.A.R.L., assinaram um acordo em 16 de Abril de 2014, em que se mencionou que “devido à necessidade de tempo para estabelecer o apoio técnico e o mecanismo de

licenciamento, o Governo prevê que a licença para a exploração dos serviços televisivos só vai ser emitida daqui a dois ou três anos”, mas já se passaram quase dez anos e ainda não foram concretizados os referidos apoio e mecanismo, e a concessão do serviço de assistência na recepção de canais de televisão básicos e o contrato adicional à renovação do contrato de concessão do serviço terrestre de televisão por subscrição, a celebrar entre o Governo e a TV Cabo Macau, S.A. também vão expirar em Abril de 2024. Contudo, até ao momento, não foi divulgado nenhum pormenor sobre os planos a adoptar após o termo das duas licenças em causa.

Os serviços de telecomunicações são serviços públicos importantes de Macau e a base para o futuro desenvolvimento de Macau como cidade inteligente, mas, depois de mais de 10 anos, o Governo ainda não conseguiu mudar o ambiente do mercado e a “utilização exclusiva” dos activos no âmbito da concessão do serviço de telecomunicações, nem emitir as licenças de convergência de telecomunicações de acordo com o planeamento e o compromisso público assumido. Devido à omissão e consentimento tácito dos serviços públicos da área das telecomunicações e dos seus responsáveis, e à situação de “falsa liberalização mas de verdadeiro monopólio”, foram desperdiçados os dez anos do período dourado para o desenvolvimento do sector das telecomunicações de Macau. Além disso, “mataram” a época dourada desse sector e o espaço de desenvolvimento de toda uma geração de talentos locais nesse sector, com menos opções de emprego para o desenvolvimento profissional dos jovens, o que contraria a política do Governo de promover o desenvolvimento diversificado das indústrias

Solicito mais uma vez ao Governo para adoptar medidas de remediação, e acelerar a divulgação de informações sobre o plano de desenvolvimento e reforma das telecomunicações de Macau, o plano de tratamento dos “activos da concessão”, e o andamento e o planeamento da “licença de convergência”, para esclarecer a sociedade e o sector, e cumprir a promessa assumida por todos os Chefes do Executivo, no início do seu mandato, sobre a promoção do desenvolvimento do sector das telecomunicações e a criação de uma Macau digital, para que o sector possa voltar ao caminho correcto, proporcionando uma verdadeira oportunidade para a diversificação das indústrias e o desenvolvimento profissional dos jovens de Macau.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 13.12.2023

Guardar o “portão” da cibersegurança em prol da salvaguarda do desenvolvimento da economia digital

Actualmente, uma nova ronda de revolução tecnológica e de transformação industrial está a entrar numa diferente fase de desenvolvimento a alta velocidade, e a inovação acelerada das tecnologias de informação e comunicação de nova geração, como a computação em nuvem, a *Internet* das Coisas, a *Internet* Industrial, os megadados, a inteligência artificial, a cadeia de blocos, o metaverso, etc., tem sido cada vez mais integrada em vários domínios e vertentes do desenvolvimento socioeconómico do nosso País, o que deu azo a novas oportunidades para o desenvolvimento da economia digital e, ao mesmo tempo, trouxe também novos desafios.

No processo de rápido desenvolvimento da economia digital, os dados tornaram-se o principal factor de produção. Recentemente, uma empresa famosa do sector da *Internet* e uma outra prestadora do serviço de chamada de transporte via *internet* no Interior da China sofreram falhas no sistema, e esses dois incidentes de rede perturbaram muito os utentes em geral. Em particular, na noite em que a aplicação para telemóveis da empresa prestadora do serviço de chamada de transporte falhou, muitos utentes não puderam contactar, assim, os condutores dessa empresa, o que afectou seriamente as deslocações normais. Outro caso foi que os ciclistas passaram pela difícil situação de não conseguirem usar, com o vento frio, o sistema de devolução de bicicletas, causando assim grandes inconvenientes aos trabalhadores que se deslocavam para o emprego. Mais, não são raros os ataques cibernéticos a instituições financeiras exigindo o pagamento de resgate, o que lança uma sombra sobre a economia digital e também faz soar o alarme sobre a cibersegurança durante a transformação digital.

Sendo Macau um destino turístico de renome mundial, como nos últimos anos a economia digital se desenvolveu rapidamente, as ameaças à cibersegurança são cada vez mais complexas e mutáveis. O âmbito da cibersegurança é muito amplo, incluindo a tecnologia, os produtos, os serviços, a legislação, o regime, a gestão, os procedimentos, a consciência do pessoal, etc. A infra-estrutura cibernética de Macau é relativamente completa, mas ainda há espaço para melhorar a prevenção de ataques cibernéticos novos, especialmente nos sectores predominantes, como o financeiro e o turístico. Um eventual surto de risco para a segurança pode ter um grande impacto no desenvolvimento socioeconómico.

Assim, proponho o seguinte:

1. Reforçar a protecção das infra-estruturas informáticas críticas, especialmente das infra-estruturas financeiras. Há que melhorar a capacidade do sistema de prevenir ataques mal-intencionados por meio técnico. Isso inclui um nível mais alto de criptografia para bancos de dados e redes, e maior segurança

para o armazenamento e a transmissão de informações importantes. Há que desenvolver ainda mais o papel do Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CARIC) e estabelecer um mecanismo eficiente de resposta a emergências e simulacros de planos de contingência, para, em caso de incidentes na rede, se poder responder de forma rápida e eficaz, e reduzir os prejuízos.

2. Reforçar a formação conjunta de quadros qualificados nas escolas e empresas. Neste momento, o ensino da disciplina da cibersegurança nas escolas ainda está numa fase inicial, por isso, o Governo deve incentivar as empresas e as instituições do ensino superior a desenvolverem, em conjunto, projectos de cooperação na área da cibersegurança, para promover a combinação entre a investigação académica e a aplicação prática, e a inovação e o desenvolvimento do sector, bem como incentivar as empresas a disponibilizarem vagas de estágio para os estudantes das instituições de ensino superior, permitindo-lhes compreender melhor e dominar melhor o conteúdo do trabalho e os desafios enfrentados na área da cibersegurança através de uma experiência real.

3. Para se concretizar o desenvolvimento saudável da cibersegurança, é necessário um ambiente ecológico de cibersegurança para enfrentar, em conjunto, as ameaças e os desafios, e construir um modelo de colaboração entre o Governo, as empresas e os diversos sectores da sociedade. O Governo, as empresas e o sector académico devem partilhar as informações mais actualizadas sobre a segurança e reforçar a sensibilização sobre a segurança cibernética junto da sociedade, e todos os seus sectores devem participar nos trabalhos de prevenção de ataques cibernéticos, garantindo uma protecção abrangente a fim de haver uma melhor preparação para a era digital do futuro.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 13.12.2023

Rever a Lei de salvaguarda do património cultural, para reforçar a protecção das lápides

As lápides são pedras com inscrições comemorativas, e são consideradas, há muito tempo, como património cultural na China.

As lápides são também registos da história. Em 219 AC., durante a visita ao oriente, o primeiro imperador, Ying Zheng mandou erguer a Lápide da Montanha Yi, na actual prefeitura Zou, na Província de Shandong. Trata-se da primeira lápide de mérito na história chinesa, e foi documentada na obra Registos do Historiador, de Sima Qian. As lápides também representam a evolução dos caracteres, caligrafia e literatura chinesa, veiculam a história, a cultura, e a ciência e tecnologia de todas as etnias da China, e são testemunhos da civilização antiga da nação chinesa.

Devido ao seu elevado valor cultural, a Administração Nacional do Património Cultural publicou, em 14 de Julho, a primeira lista das lápides classificadas como património cultural, espalhadas por 31 províncias, regiões e municípios, e definiu as medidas de protecção e valorização.

O Governo da RAEM presta sempre elevada atenção à protecção do património cultural, e com a entrada em vigor da Lei n.º 11/2023 (Lei de salvaguarda do património cultural), os respectivos trabalhos subiram a um novo patamar, e os resultados estão à vista de todos. Entretanto, há que aprender com as boas práticas do Interior da China, e aperfeiçoar os trabalhos. Assim, apresento duas sugestões:

1. Proceder à investigação das lápides e esculturas de pedra encontradas em Macau, para efeitos de estatística

As lápides e esculturas de pedra estão dispersas por diversos templos e espaços, portanto, convém proceder ao seu levantamento estatístico e à recolha das respectivas informações, para fazer o *upload* das escritas originais na rede pública; mais, pode ainda proceder-se à elaboração de um livro intitulado “Pedra dourada de Macau”, contribuindo para a investigação académica e proporcionando-se condições para os trabalhos de salvaguarda de próxima fase. Dar atenção ao cultivar da cultura e à procura de espiritualidade em tempos de prosperidade é uma aspiração do Presidente Xi Jinping e, também, uma resposta à política cultural nacional.

2. Estudar a possibilidade de a Lei de salvaguarda do património cultural criar um tipo autónomo de lápides e esculturas

Nos termos da Lei de salvaguarda do património cultural, o Governo procede à protecção de 4 tipos de património cultural: “monumento”, “edifício de interesse arquitectónico”, “conjunto” e “sítio”, mas as lápides e as esculturas não estão individualizadas como tipo. Segundo a experiência do País, precisamos de atribuir importância à salvaguarda do património cultural das lápides e esculturas. Tendo em conta a grave erosão de algumas das lápides e esculturas locais e o facto de não ter sido efectuada a monotipia das mesmas para efeitos de arquivo, os trabalhos respectivos merecem aperfeiçoamento. Sugiro a conservação prioritária das lápides e esculturas com símbolo da soberania do País ou que testemunham o legado histórico e cultural dos chineses.

Por exemplo, a lápide “Porta do Limite” que neste momento se encontra no Edifício do IAM; a laje que relata as actividades económicas e a situação social de Coloane em meados e finais da Dinastia Qing e que se encontra no Templo Tam Kong; a lápide do Templo de Tin Hau que testemunha a história do porto da Taipa; o letreiro comemorativo do 500.º aniversário do Templo de A-Má de Macau que possui valores documentais e artísticos, etc. Numa visita recente à citada lápide sobre o passado de Coloane, verifiquei que, devido à constante exposição aos lumes e fumos, é difícil identificar a caligrafia, uma situação que é indesejável.

Na Lista do Património Cultural referente aos bens imóveis, pouquíssimas esculturas de pedra foram incluídas sob a categoria “monumentos”, aliás, duas lápides com o brasão de Portugal, na Península de Macau, já constam da Lista do Património Cultural. Obviamente, os bens imóveis actualmente classificados não abrangem tudo. Sugiro o aditamento das lápides e esculturas que possuam valor histórico. Mais, com o 10.º ano da entrada em vigor da Lei do Património Cultural, coloca-se a questão de saber se há condições para a sua revisão, com vista a aperfeiçoar o regime relativo à protecção do património cultural, o que merece a ponderação da sociedade.